

JOSÉ VERÍSSIMO, SÍLVIO ROMERO E AS GRADAÇÕES DE COR NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

Eduardo Fabrício de Souza Costa ¹

RESUMO

O presente artigo tratará da análise do pensamento social brasileiro do final do século XIX e começo do XX, com a finalidade de explicar o modelo de civilização pensado para o Brasil do século XX, baseado na miscigenação inevitável de indivíduos negros e indígenas com indivíduos brancos colonizadores oriundos de países europeus, em sua maioria portugueses, espanhóis e italianos. Para o desenvolvimento do trabalho foram escolhidos dois autores brasileiros: o escritor e educador paraense José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) e o escritor sergipano Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851- 1914). O objetivo é compreender a circulação de teorias criadas durante a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, e como estas teorias se sustentaram em meio a uma realidade miscigenada, entre aqueles que acreditavam na degenerescência da nação e os que defendiam a mistura de cores como forma de diluição de raças inferiores e vitória do branqueamento, com teorias evolucionista e sociais.

PALAVRAS CHAVE: José Veríssimo; Sílvio Romero; Miscigenação; Mestiçagem.

ABSTRACT

The present article will analyze Brazilian social thought from the late 19th century and early 20th century, with the aim of explaining the civilization model envisioned for Brazil in the 20th century. This model was based on the inevitable miscegenation of Black and Indigenous individuals with white colonizers, primarily from European countries, including Portugal, Spain, and Italy. For the development of the work, two Brazilian authors were chosen: the Pará writer and educator José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) and the Sergipe writer Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914). The objective is to understand the circulation of theories created during the second half of the 19th century and the early years of the 20th century, and how these theories were sustained amidst a miscegenated reality, between those who believed in the degeneration of the nation and those who supported the mixing of races as a means of diluting inferior races and achieving whitening, with evolutionary and social theories.

KEYWORDS: José Veríssimo; Sílvio Romero; Miscegenation; Mestizaje.

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará. Email: eduardo.souza.costa@ifch.ufpa.br

No final do século XIX e começo do XX, o Brasil passou por intensas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais. A consolidação do país enquanto uma nação passava pelo desejo da formação de sua identidade nacional e naquele momento, o debate do melhor modelo de civilização adequado ao Brasil, considerando o inescapável fator da miscigenação de raças no país entre negros, indígenas mestiços e descendentes europeu. Obviamente, este debate não era compartilhado por todos os atores envolvidos nesse processo, mas era preocupação de alguns intelectuais da época.

Para o presente trabalho, foram selecionadas obras de dois grandes escritores brasileiros: José Veríssimo e Sílvio Romero. As obras do paraense de Óbidos, José Veríssimo, foram escolhidas como fonte histórica pelo imensurável valor para o tema da miscigenação, além de ser um dos mais importantes críticos literários e intelectuais do Brasil e fundador da Academia Brasileira de Letras. Já Sílvio Romero, foi selecionado para este trabalho, principalmente pelo discurso antagônico de suas obras em comparação à Veríssimo.

Veríssimo defendia uma abordagem que valorizava a miscigenação como um processo inevitável e benéfico para a formação da identidade brasileira. Podemos dizer que ele possuía uma visão otimista para a o futuro do país através dessa inevitável miscigenação dos povos na formação do povo brasileiro. Sílvio Romero acreditava na necessidade de uma análise científica das raças e tinha uma visão menos otimista sobre a miscigenação, considerando-a uma solução menos ideal para o progresso do Brasil.

A ideia central deste texto é compreender a circulação de teorias criadas durante a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, e como estas teorias se sustentaram em meio a uma população miscigenada entre aqueles que acreditavam na degenerescência da nação e os que defendiam a mistura de cores como forma de diluição de raças inferiores e vitória do branqueamento.

Através de uma abordagem crítica, contextualizada e comparativa, busca-se examinar as influências teóricas, as bases científicas e os pressupostos ideológicos que embasaram as visões raciais de dois autores em específico: o escritor e educador paraense José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) e o escritor sergipano Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914). Considerar-se-á também, para além das perspectivas conflitantes entre ambos, o impacto dessas visões no pensamento contemporâneo sobre a questão étnico-racial no Brasil.

O presente artigo foi elaborado por meio de um levantamento bibliográfico que relacionou as principais obras dos autores citados. José Veríssimo: *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia* (1880); *Estudos Amazônicos* (1970); *A Amazônia* (1892); *Etnologia Selvagem* (1886). Sílvio Romero; *Uma Esperteza: os cantos e contos populares do Brasil* e o

Sr. Theophilo Braga” (1887); *Zeveiríssimações Inéptas da Crítica* (1909). As obras citadas são algumas das que foram utilizadas ao longo do texto.

No processo de análise da temática e leitura das bibliografias recomendadas, foram também consideradas obras relevantes, como: *Não Basta produzir Borracha*: José Veríssimo (1857-1916) e a “civilização” do sertão Amazônico no Grão-Pará (1883-1886), de Felipe Tavares de Moraes, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930* (1993), de Lilia Schwarcz; *José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877- 1915)* (1999), de José Maia Bezerra Neto.

Tais obras fornecem elementos conceituais e históricos que auxiliam na compreensão do contexto em que José Veríssimo e Sílvio Romero produziram suas ideias e teorias raciais. Elas abordam questões relacionadas à desigualdade social, às políticas indigenistas e às visões sobre a civilização brasileira, fornecendo subsídios para a análise crítica das obras dos autores-objetos de estudo.

Se o estudo comparativo é o objetivo central deste trabalho, por objetivos específicos e secundários iremos, na medida em que as fontes permitirem, comparar as propostas e resultados de ambos em especial voltadas para o Norte do país, com foco nos estados do Pará e Amazonas. A presente pesquisa adotou uma abordagem metodológica fundamentada na seleção criteriosa das fontes, baseadas nas obras de José Veríssimo e Sílvio Romero e de todo conteúdo relacionado a esta abordagem.

As principais obras lidas perpassam pelas principais produções de José Veríssimo e Sílvio Romero, obras que os colocaram como protagonistas na produção literária, inserindo inovações em seus debates, há muito negligenciadas, principalmente os trabalhos de José Veríssimo, que abordavam a etnografia da Amazônia.

Até mesmo os estudiosos de raça e nacionalidade no pensamento social brasileiro, negligenciaram a importância da obra etnográfica do escritor paraense, mesmo que não ignorando a legenda de José Veríssimo no campo das letras no Brasil, nas últimas décadas do oitocentos e primeiros vinte anos do século XX. Talvez o próprio fato do pensamento social e etnográfico em José Veríssimo ter-se caracterizado por sua circunscrição à análise da realidade amazônica, possa ter contribuído para sua suposta menor importância no cenário nacional da época, segundo sugerem os silêncios da bibliografia [...] (Moraes, 2019, p. 25 apud Bezerra Neto, 1998, p. 240 – grifos nossos).

A escolha das fontes foi norteada pela coesão temática, considerando o mapeamento da questão racial nos textos analisados dos autores. Foram selecionados artigos científicos e livros de ambos que melhor se adequavam às exigências da pesquisa, garantindo uma análise

abrangente, buscando-se nas produções, o contexto vivenciado pelos autores e suas opiniões em relação a temática racial, com obras no campo da história do pensamento social brasileiro.

1. José Veríssimo e Sílvio Romero: Contexto Histórico e Biográfico

José Veríssimo nasceu em Óbidos no Pará, em 8 de abril de 1857 e realizou seus estudos primários em Belém e Manaus e seus estudos secundários foram feitos no Colégio Pedro II. De acordo com Moraes (2019, p. 10), em Belém, colaborou nos jornais O Liberal do Pará, A Província do Pará, A República e Gazeta de Notícias. São muitas suas façanhas ligadas a colaborações, livros, contos e ensaios. Sua dedicação perpassou também a educação, onde foi participante da Sociedade Promotora da Instrução e presidente do Collegio Americano (1884-1890), com um desempenho que inseriu inovações na educação paraense.

Destas colaborações derivaram os seus livros Primeiras Páginas (1878) e Estudos Brasileiros – 1º série (1889); destinado a literatura foi o livro de contos, Cenas da Vida Amazônica, introduzido pelo ensaio etnográfico As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia. Organizou a Revista Amazônica, periódico dedicado as letras, as artes e as ciências na região, entre 1883 e 1884. (Moraes, 2019, p. 10)

Sua mudança para o Rio de Janeiro em 1892, possibilitou a Veríssimo um destaque pela sua colaboração na imprensa, escrevendo sua crítica literária diária em alguns importantes jornais, como o Correio da Manhã, Jornal do Comércio, O Imparcial e em revistas, a Renascença, Almanaque Garnier e Kosmos (Moraes, 2019, p. 10). Foi diretor da Revista Brasileira e alguns nomes importantes da época circularam pelo seu sumário, destacando nomes como Machado de Assis, Sílvio Romero, Visconde de Taunay e Inglês de Sousa.

Mesmo fora da sua cidade natal, José Veríssimo assumiu cargos importantes e isso demonstra sua experiência, principalmente no campo educacional, ao assumir o cargo de professor e diretor do Ginásio Nacional, da Escola Normal do Rio de Janeiro.

Em relação ao contexto histórico do século XIX, foi na segunda metade que o Brasil passou a utilizar novos meios de comunicação, exemplificando, o telégrafo submarino, as vias férreas e a navegação a vapor. Da Europa chega movimentos antiabsolutistas que influenciaram movimentações no contexto político local.

(...) na França, grandes movimentos democráticos animam o contexto político, surgindo os primeiros partidos socialistas; na Itália e Alemanha ocorrem as movimentações políticas entorno do processo de unificação nacional; no campo intelectual, o positivismo e o naturalismo estabelecem as tendências de pensamento social e artístico, demonstrando que o homem preocupa-se cada vez mais em conhecer a sociedade; este é o momento da crítica literária, sendo os seus maiores expoentes a Inglaterra e a França. (Moraes, 2019, p. 12).

O autor, banhado por influências da Europa, de fora do país, se vê inserido em um pensamento social dinâmico, alimentado por um contexto político onde o positivismo e o naturalismo eram os carros chefes do campo intelectual, por isso seu caminho foi em direção a uma conjugação de doutrina científica e doutrina política para falar da evolução de uma história mais completa e independente.

Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero nasceu na vila de Lagarto, Sergipe, no dia 21 de abril de 1851. Era filho do comerciante português André Ramos Romero e Maria Vasconcelos da Silveira Ramos. Foi levado ainda pequeno para o Rio de Janeiro, e estudou no Colégio de Nova Friburgo. Foi um importante crítico e historiador da literatura brasileira. (Süssekind, 1963, p. 2)

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº. 17. Foi também pensador social, folclorista, poeta, jornalista, professor e político. Era sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

De acordo com Ricardo Souza (2004, p. 18), o evolucionismo é a chave da obra de Sílvio Romero. Para ele, “a literatura rege-se pela lei do desenvolvimento à maneira das formações biológicas. Ainda como as criações biológicas, ela tem a sua luta pela existência, onde as ideias mais fracas são devoradas pelas mais fortes”. Romero utiliza bastante a teoria darwinista.

A história do Brasil, como deve ser hoje compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetida pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo. É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária, em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial tem sido: o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. (Souza, 2004, p. 20 apud Romero. História da literatura brasileira. vol. I, p. 39.).

O esforço seria pensar no desenvolvimento do Brasil ao longo das décadas e todas as contradições desse contexto. Destaca também a importância da questão racial com a mestiçagem. Romero ignora as matrizes desta cultura (mestiça, e se interessa pelo resultado, só pelo brasileiro, e considera o índio puro e o negro como estranhos à nossa vida presente, a esse desenvolvimento. (Souza, 2004, p. 20).

Romero, de fato, não apenas não tem o índio em grande conta, para dizer o mínimo, como considera desastrosa sua influência na formação nacional. Segundo ele, é certo que os primitivos habitantes do país não ultrapassaram os últimos degraus da

selvageria; é exato ainda que a nossa atual civilização é toda impregnada de barbarismo. (Souza, 2004, p. 44).

A análise da questão racial na obra de Sílvio Romero é feita em uma perspectiva evolucionista, com um pensamento pautado em estágios de evolução de grupos humanos, onde o mesmo cita a imigração de alemães e italianos como uma função regeneradora para nossa nação. “Pode-se a respeito dela desde já predizer que no sul do Império está se formando um grande núcleo, que dentro de dois ou três séculos nos há de salvar de nossa cada vez mais crescente extenuação de forças e de ideias”. (Souza, 2004, p. 51).

José Veríssimo se concentrou em produzir obras no campo da história do pensamento social brasileiro e nesse sentido, é conhecido por esses escritos, que lhe dão uma “herança intelectual”, ofuscando seus estudos no campo da etnografia. Nesse sentido, nos debruçamos em analisar como suas obras são de extrema importância no contexto de um pensamento social brasileiro e da construção de um Brasil no século XIX.

Crítico literário, historiador da literatura brasileira, escritor, educador e jornalista, foi conservador e desconfiado de inovações, muitas vezes não compreendendo o simbolismo de outras produções. O que nos encaminha para o debate entre Veríssimo e Romero, dois integrantes de um contexto de opiniões a respeito da miscigenação e mestiçagem na formação do Brasil.

Moraes (2019, p. 15) afirma que, para Montenegro, a diferença fundamental entre José Veríssimo e Sílvio Romero residia na objetividade e impessoalidade que caracterizaram os julgamentos do intelectual paraense. Romero, sem dúvida, foi um grande inovador no estudo da literatura brasileira, ao encaminhar a sua interpretação conjugando doutrina científica com doutrina política na evolução da história literária. No entanto, isso assumiu por vezes um tom pessoal e polemista que acabava obscurecendo o seu senso do crítico.

Destoava de Veríssimo, que de maneira independente, cumprira o papel do verdadeiro crítico segundo Machado de Assis – citado por Olívio Montenegro: “O crítico deve ser independente – independente em tudo e de tudo – independente da vaidade dos outros e da vaidade própria” (Moraes, 2019, p. 15 apud Montenegro, 1958, p. 11). A oposição que Veríssimo fez a crítica sociológico-filosófica de Sílvio Romero partiu muito do seu viés polêmico, que se misturava ao seu senso crítico, e por ser um conservador e desconfiado, Veríssimo conduziu sua crítica de forma independente e cumprindo seu papel de forma correta, sem vaidades, o que não ocorreu com Romero.

A tradição intelectual de uma geração de 1870² traz para o pensamento brasileiro social, modelos para se fazer análises no campo intelectual, e o grande dilema nesse contexto é a construção da nação brasileira no final do Império e início da República. O impasse se concentrava nos marcos nacionais do Estado-nação para ser repassado ao povo, em um contexto onde emergia da Europa teorias pautadas no positivismo, naturalismo e evolucionismo cultural e no darwinismo social, que criam dinâmicas e modelos para se falar de cultura, raça, civilização e natureza, todas relacionadas entre si e que geram um marco de análise nesse momento de formação da nação.

No debate estava a questão da pureza racial em uma sociedade multirracial, como ela poderia ser um dos marcos na nossa nacionalidade? O debate se deu no contexto da abolição da escravidão e a ascensão do racismo no Brasil. A mestiçagem estava mais presente do que nunca e não poderia ser deixada de lado, pelo contrário, deveria entrar em debate e se propor argumentos para os termos: degeneração e branqueamento, para assim não gerar algum impasse para a construção da nação brasileira como uma nação civilizada.

O povo brasileiro civilizado era o projeto social e político de intelectuais como Nina Rodrigues, Sílvio Romero e José Veríssimo. Eles batalharam, com divergências e convergências analíticas, na arena da reflexão social e política oitocentista, construindo a nação imaginada do futuro. Veríssimo se preocupava em inserir a Amazônia, com suas peculiaridades naturais, geográficas e humanas, no plano unificador da nacionalidade brasileira. (Moraes, 2018, p. 281).

Enquanto tipo racial, os tapuios³ eram a fronteira social entre a população branca e os povos originários, no entanto, marcada pela presença relevante dos atributos sociais e culturais dos “selvagens”. Para Veríssimo, os tipos raciais resultantes da mestiçagem, tapuios e mamelucos, eram marcados pela “degradação” física, moral e social. (Moraes, 2018, p. 285).

De acordo com Moraes (2018, p. 288), “a Geração 1870 estabelece inflexão nas formulações sobre a formação da nacionalidade ao promover o ingresso dos debates científicos disseminados no continente europeu”, com teorias que são a sua base como o naturalismo, o

2 A Geração de 1870 no Brasil foi um movimento literário e intelectual que se destacou por sua busca por mudanças políticas, sociais e culturais, refletindo um contexto de transformações no país, como o fim do Império e o início da República. Esse grupo foi composto principalmente por jovens intelectuais que, na década de 1870, começaram a questionar a ordem estabelecida e a procurar novas formas de expressão e pensamento, tanto nas artes quanto na política. Faziam crítica da tradição imperial através da política científica. MORAES, Felipe Tavares de. José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no Grão Pará (1877-1891). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, SP.

3 Significado do termo tapuio: povos indígenas que não falavam línguas derivadas do tupi. É um termo da língua Tupi, usado principalmente em algumas regiões do Brasil, e tem o significado de "barreira", "obstáculo" ou "muralha". Esse termo pode estar relacionado a diferentes contextos, dependendo de como é utilizado, mas, de forma geral, remete a algo que impede ou dificulta o avanço. ALMEIDA, J. A. de. *Dicionário Tupi-Guarani*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

positivismo, o evolucionismo cultural e o darwinismo social, onde analisam a realidade da sociedade social brasileira. A construção de uma identidade nacional se inspira em bases europeias.

A miscigenação representava o impasse entre a degeneração e o branqueamento. Tal impasse estava ligado às origens monogenistas e poligenistas dessas teorias que acabam facultando conclusões positivas e negativas a respeito da miscigenação. O darwinismo social consistiu na utilização dos pressupostos da seleção natural enquanto ciência social, cujas finalidades políticas buscavam naturalizar a desigualdade social. Na luta pela sobrevivência, a “pureza racial” era o elemento agregador que garantia aos diferentes grupos humanos a integridade de suas qualidades sociais, intelectuais, morais e físicas. Segundo esta perspectiva, a origem da humanidade seria marcada pelo surgimento de diversos grupos isolados entre si, ou seja, configurava-se como uma teoria poligenista; a capacidade de adaptação de um grupo estaria relacionada a correlação entre características raciais e condicionamentos ambientais e, em razão disso, os grupos mais adaptados seriam aqueles que mantivessem maior “pureza racial” – esta correlação fundamentaria a desigualdade entre os grupos raciais. (Moraes, 2018, p. 288).

Para quem seguia a teoria de pureza racial, a mestiçagem era vista como uma ameaça a essa pureza e por isso significaria a quebra da hierarquia de raças superiores e as inferiores, caminhando para uma degeneração da sociedade que passasse por esse momento de mistura racial.

Por José Veríssimo ter sido um homem do século XIX e um intelectual brasileiro que busca analisar a Amazônia em sua inserção na nacionalidade brasileira e na modernidade europeia, almejava incorporar as populações amazônicas no conjunto da nação brasileira e ao concerto da civilização ocidental. Portanto, José Veríssimo elaborou no ensaio “As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia” (1886), um ponto de vista amazônico no cenário da miscigenação brasileira: o tapuío como elemento nacional na Amazônia (Moraes, 2018, p. 297).

2. Miscigenação, evolucionismo científico e social

A miscigenação foi na história brasileira um tema de grande relevância, pois o cruzamento de povos e etnias gerou variações classificadas ao longo do século XIX, por aspectos fisionômicos e laborais. Defender teses a partir da visão racalista sobre índios, negros, brancos e mestiços foi objeto de esforço intelectual de literatos, educadores, médicos, antropólogos, entre outros, principalmente na virada do século XIX para o XX, quando eventos como a Proclamação da República e a abolição da escravatura, sacudiram o país no aspecto econômico, político e social.

De acordo com Wlamyra Albuquerque (2023, p. 104), racializar é a ideia de raça em ação, ao estabelecer distinções a partir de concepções de raça. Foi um exercício político

recorrente em um ambiente de incertezas e mudanças sociais profundas, causado pela pós-abolição, onde os atores principais estavam no centro do debate.

Inseridos nesse contexto de mudanças sociais e políticas, tanto Sílvio Romero, quanto José Veríssimo mobilizaram argumentos com base em diversos campos cientificistas, cada qual defendendo seu modelo de civilização eurocêntrica ideal para o Brasil nesse período. Veríssimo por exemplo, apresenta o índio como superior ao negro, uma opção mais vantajosa para o caminho civilizatório brasileiro.

Vale registrar que em um segundo momento de sua carreira como educador, Veríssimo faz uma reavaliação quanto à importância do negro nesse processo. Em um contradiscurso, em sua obra *Estudos Brasileiros (1877-1885)* afirma que: "fui profundamente injusto com a raça negra, na qual tenho antepassados. Ela é porventura superior a indígena e prestou ao Brasil relevantes serviços" (Matos, 1889, p.10).

No presente estudo comparativo, sugerimos uma análise ancorada no campo do Pensamento Social Brasileiro, posto que este se apresenta como um domínio interdisciplinar de entendimento dos grandes intérpretes da nação, que se inicia no final do século XIX e vai até 1930, a perguntava girava em torno da identidade nacional e era explicada em termos de nossa composição racial. É nessa fase que se produziram os trabalhos clássicos do pensamento brasileiro, eternizados pelos nomes incontornáveis de intelectuais de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Raimundo Faoro, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Antônio Cândido, entre outros. (BOTELHO e SCHWARCZ, 2009).

É importante nesse momento, pontuar o conceito de campo científico, cunhado por Pierre Bourdieu, para quem:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado". (BOURDIEU, pp. 122-123).

O campo científico suscita o debate entre autores que pleiteiam a estabilização científica ou a ciência normal, como diria Thomas Kuhn (1975), sobre determinado ponto da literatura especializada, sendo que neste caso, investiga-se a categoria das "raças", para definir padrões de miscigenação a nível nacional. Embora tenha sido definido na construção deste trabalho, o foco nos fenômenos de miscigenação ocorridos no Brasil.

Embora haja pontos divergentes nítidos, os autores convergem na superioridade da raça caucasiana no processo civilizatório. As discussões deste tema giram em torno da mestiçagem em favor do predomínio do branco enquanto raça superior a todas as outras. O espectro dessa discussão abarca desde as doutrinas racialistas, nas quais a hierarquia inferiorizante em relação à população branca europeia condenava as outras categorias de identificação, como negros, índios, pretos, pardos, caboclos etc., sendo que, por outro lado, se investiga uma visão primitivamente essencialista, como promoviam uma conceituação mais adequada do ponto de vista culturalista da composição da sociedade, com um conteúdo atribuído à palavra raça bastante impreciso (IBGE, 2013).

Em uma ótica se estabelece precisamente uma hierarquização das raças, por outra, não se deixa bem claro o porquê de se diferenciar as pessoas, mas de qualquer forma, prevalece a raça branca, quer pela alegada composição anatomicamente “disforme”, quer pela historicidade da formação das cidades e organização da sociedade.

A tarefa de “classificar zoológicamente o ser humano e suas variações, descrevê-las e estudá-las, passou a ser parte importante da explicação científica sobre sua origem e os porquês da sua diversidade cultural e física” (IBGE, 2013). A Antropologia Física, derivada no século XIX da Zoologia, inspirada nos ensaios de Charles Darwin (1809-1882) e de sua Teoria da Evolução, “*On the Origin of Species by Means of Natural Selection*”, e anunciada em 1859, foram assumidas equivocadamente para essa função, dando força à percepção empírica e estética das espécies.

De acordo com Caetano Sordi (2021, p. 54), o conceito de evolução vinha sendo empregado por outros antropólogos à época, como o britânico Edward Burnett Tylor (1877) e o norte-americano Lewis Henry Morgan (2016). A grande influência filosófica evolucionista sobre o pensamento antropológico veio de Herbert Spencer, com a sua obra “*A Filosofia Sintética*”, de 1862.

Há dois postulados básico no evolucionismo social, que se torna hegemônica na antropologia no período da década de 1870 até a Primeira Guerra Mundial. O primeiro postulado trata da unidade psíquica de toda a espécie humana, responsável por dar uniformidade do pensamento. O segundo postulado afirma que a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos obrigatórios, de forma unilinear e ascendente (Sordi, 2019, p. 55 apud Castro, 2016, p.11).

Sordi (2021) afirma, que o sentido unívoco do desenvolvimento sociocultural, criado pela escola evolucionista, como uma lei do progresso, segue um caminho do mais simples ao mais complexo, e do mais homogêneo ao mais heterogêneo, com essas formulações inseridas

em um pano de fundo baseadas no neocolonialismo, com a divisão da África, na Conferência de Berlim, demonstrando assim uma grande conveniência ideológica.

Cabe notar, no entanto, que, ao postular a unidade psíquica humana, o evolucionismo social também pressupunha, por consequência, uma origem biológica única para toda a espécie, o que o distinguia das versões mais extremas do racionalismo científico então vigente (Sordi, 2021, p. 55). Em relação a evolucionismo social, as diferenças entre sociedade complexas, avançadas, simples ou primitivas, acontecia pelo seu grau e menos por sua natureza, acontecendo como uma diferença ascendente, onde os povos primitivos representavam etapas que já haviam sido superadas pelos povos civilizados.

No entanto, muito do que os evolucionistas sociais elaboraram, a partir do conceito de evolução, provém, na verdade, de outro contemporâneo de Darwin, o filósofo britânico Herbert Spencer. A esse respeito, escreve Lévi-Strauss: Não há dúvidas de que o evolucionismo sociológico recebeu um impulso vigoroso do evolucionismo biológico, mas existia antes dele [...]. Os dois fundadores do evolucionismo social, Spencer e Tylor, elaboraram e publicaram suas teorias antes de *A Origem das Espécies*, ou sem terem lido esta obra. Anterior ao evolucionismo biológico, que é uma teoria científica, o evolucionismo social costuma não passar de maquiagem falsamente científica de uma velha questão filosófica cuja chave nada indica que um dia seja possível obter pela observação e pela indução (Sordi, 2021, p. 59 apud Lévi-Strauss, 2013, p. 366).

Por isso, o evolucionismo social está ligado ao evolucionismo biológico, mas existia antes dele e gera debates diferenciados, com uma maior fonte de pensamentos e modelos de estudos. Herbert Spencer se faz presente como um dos principais evolucionistas sociais, com um destaque tão grande como o de Darwin, que traz o evolucionismo biológico, e que complementa os debates do evolucionismo social. Biologia e sociedade juntas na construção de um conceito de evolução.

Conforme pontuou Thomas Henry Huxley (1825-1895), quando a teoria de Darwin se tornou pública, se espalhou com maior veemência um debate sobre a possibilidade da classificação zoológica da espécie humana, colocando-se em pauta, possibilidade e hipóteses de hierarquia entre os vários grupos humanos, pensamento esse ancorado principalmente na teoria da evolutiva que se estabeleceu no campo científico (HUXLEY, 1896).

É importante frisar que Darwin em a “*Origem das Espécies*”, publicada em 1859, dedicou seus estudos inicialmente voltados para evolução através da adaptação de espécies vegetais e alguns animais à fenômenos naturais que automaticamente se encarregariam de fazer a seleção dos melhores indivíduos. Posteriormente e em breve aparição na mesma obra, ele sugere que os seres humanos estão também sujeitos a esta seleção natural e nesta, só os mais fortes sobreviveriam e esses gerariam novos indivíduos melhores biologicamente que seus

antecessores na medida em que fossem submetidos aos processos naturais de seleção, através das gerações.

Neste sentido, estudos complementares e posteriores alicerçados na Antropologia e na Paleontologia, explicaram a evolução de alguns primatas ao longo do tempo até se configurarem no homo sapiens. Charles Darwin se ocupou em tratar predominantemente de espécies não humanas, mas suas teorias foram aproveitadas erroneamente por sucessores para sustentar a aplicação da teoria da evolução em sociedades humanas.

No início do século XIX e começo do XX, as ideias racialistas em ascensão precisavam de pressupostos científicos para se sustentar justificando uma hierarquização das raças na qual as raças não brancas estariam em desvantagem nesse processo. Esses debates foram se desdobrando para outras ciências, possibilitando a construção deste darwinismo social – também tratado como Darwinismo não-darwiniano – pelo qual movimentos racistas e eugenistas ganharam musculatura. Como os detentores da maioria das cadeiras acadêmicas eram de origem europeia, fomentou-se a suposição de as sociedades europeias eram superiores por representarem o ápice da evolução da espécie, compostas por raças mais evoluídas e mais aptas. (IBGE, 2013).

Nessa época, houve quem defendesse a superioridade⁴ de nações europeias, principalmente arianos, sobre as outras, ou de grupos dentro dos próprios países sobre outros, como a nobreza posicionada sobre a burguesia, e que os brancos eram a raça pura, suprema, mas que entre os próprios brancos, os arianos eram mais perfeitos, como defendeu conde Arthur de Gobineau (1816-1882). Este, por sinal, previu que em menos de 200 anos os brasileiros estariam extintos devido à mistura desordenada de raças no país, fundamento seus argumentos em sua obra mais conhecida “Essai sur l’inégalité des races humaines” (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas) (Gahyva, 2012).

De acordo com Renato Guimarães (2018, p. 40), o termo ariano e seus cognatos (Arier, aryan, arian, ario) nas línguas europeias modernas provem da terminologia da linguística. Foi utilizado, inicialmente, como sinônimo de indo-europeu. É uma narrativa das origens indo-

4 Veremos a evolução dessa narrativa em três obras bastante influentes no último quartel do século XIX. As duas primeiras não citam Gobineau: “Die Arier: ein Betrag zur historische Anthropologie”, de Theodor Poesche, publicada em 1878, e as “Origenes Ariacae”, de Karl Penka, publicada em 1883. Reunindo as evidências disponíveis da linguística e da antropologia, essas duas obras consolidam o perfil dos arianos como uma raça de dolicocefalos, loiros, altos e portadores de bastante “vontade de poder”. É só na terceira dessas obras, Die Grundlagen den Neuzenten Jahrhudert [Fundamentos do Século Dezenove], publicado em 1899, pelo germano-britânico Houston Stewart Chamberlain, que a narrativa se apresentará de forma completa. (Guimarães, 2018, p. 49).

européias, que se torna dominante em meados do século XIX, onde pregava a existência de um povo, ou raça, arianos, que se expande por uma vasta região da Eurásia, com uma língua, cultura e instituições sociais.

Além disso, o termo “raça ariana” ganha conotações mais específicas dentro das ideologias, principalmente de superioridade racial, que darão a base para a formação de um nacional-socialismo e gera uma ideologia dominante na Alemanha.

Gobineau vai utilizar a noção de raça tal como definida pela nova Antropologia Física (ou biológica) de Blumenbach e Prichard: agrupamentos humanos com uma origem genética compartilhada e que, por efeito dessa origem comum, compartilham características físicas, notadamente o formato do corpo, pigmentação e, principalmente (o que é uma das bases das classificações raciais da época) o formato do crânio. Essa noção de raça vai aparecer, como veremos, na maior parte das obras que apresenta e discute a narrativa ariana. (Guimarães, 2018, p. 46).

Essas características irão contribuir diretamente para a inevitabilidade da supremacia caucasiana no *ranking* dos seres “mais avançados”, com suas características físicas, formato do corpo, pigmentação e formato do crânio. Teses hoje encaradas por muitos como pseudocientíficas foram se formatando, de maneira subjacente, justificando discussões e posicionamentos hierárquicos. Nessa lógica, estabeleceu-se na linha histórica, a vitória do processo civilizatório europeu no Brasil, porém ambos os autores tratados neste trabalho possuem argumentos distintos quanto à forma mais eficiente para mestiçagem no Brasil, cada qual favorecendo ora negro, ora o indígena em tal processo marcado pelo racismo científico.

Devemos entender que o conceito de racismo científico foi estabelecido com base nas ideias divulgadas por cientistas de relevância do Século XIX como Herbert Spencer e Ernst Haeckel. Nesse momento, esses cientistas gastaram bastante energia para tentar provar que fatores biológicos poderiam determinar o sucesso ou o fracasso de um indivíduo e o conjunto desses indivíduos poderiam determinar o sucesso ou fracasso de uma sociedade inteira.

Nesse sentido, os estudos corriam na direção da homologação da raça branca como a detentora de todas as características físicas ideias de civilização e na degeneração dos não brancos. É o racismo propriamente dito com certificação. Não esperaríamos outro resultado, considerando que essa pseudociência foi escrita por catedráticos europeus ou por seus discípulos fiéis e por vezes, o racismo científico foi utilizado com o objetivo de inferiorizar uma civilização, uma nação.

As tentativas de utilização do racismo científico em prol da justificção da escravização, da eugenia, da colonização forçada, formação de estereótipos negativos, discriminação racial, comportamentos xenofóbicos, são veementemente refutadas sem muito esforço pela comunidade científica no Brasil e no mundo, como demonstra Eliane Azevedo (1987, p.17), ao

afirmar que “as raças não tem origens genéticas diferentes, nem se originam em fases diversas na evolução do homem. Não existe hierarquia racial”. Porém, esses comportamentos reprováveis ainda são observados na atualidade, praticados por indivíduos que os internalizaram através de gerações. Cabe a sociedade interromper este ciclo, praticar o rompimento com o racismo científico.

3. Mestiçagem e formação da nacionalidade brasileira

Considerando que ambos autores brasileiros tratados neste artigo, Veríssimo e Romero utilizaram de conceitos racialistas como melhor maneira a se fazer a civilização brasileira. Segundo Rodrigues (1938), se despreendeu de algumas certezas que marcaram sua trajetória. O “racialista vacilante”, como o autor citado defendeu em diversas oportunidades, seria uma maior adaptação dos negros à civilização branca frente aos indígenas. Algo com o qual Veríssimo, por sua vez, nunca concordou, considerando o indígena uma raça mais próxima do branco do que o africano, sugerindo que seria necessário menos gerações de indivíduos para o colocar o país na marcha civilizacional (Bezerra Neto, 1999). Os brancos deveriam ser preservados na sua pureza étnica, mas se forem miscigenados, deveriam preferencialmente procriar com os indígenas originais.

Verifica-se uma brasilidade em nosso país, de que enquanto outros primam pelas suas raízes históricas, nos tipos puros, no Brasil, não se verificou esse cuidado, uma vez que primeiramente, as imigrações se deram por pessoas do sexo masculino, em sua maioria portugueses, que estabeleceram relacionamentos sexuais com outras raças, em que se destaca o sexo com as indígenas, produzindo o tipo Curibóca.

Segundo Veríssimo, a ação de copular no Brasil se deu primeiramente entre o branco e o indígena e somente depois se deu entre o branco e o negro, em que o resultado da cópula, se manifestou preponderantemente no elemento Tupi, muito mais do que o português. Tais ações aconteceram de maneira diversificada, sendo que no Pará, o fator catequese caminhou acanhadamente em paralelo a um cenário de anomia e poligamia, e com o passar dos anos, os indígenas foram civilizados aos moldes europeus.

No caso específico dos indígenas e seu papel na história brasileira, é preciso refletir sobre como eles foram invisibilizados como sujeitos históricos desde o início da colonização até o século XIX, e como a historiografia atual tem se esforçado para reverter cada vez mais este quadro. A política indigenista do Estado brasileiro tinha como objetivo principal assimilar os índios à sociedade dominante e acabar com as antigas aldeias coloniais. Isso começou a ser feito durante as reformas pombalinas no século XVIII e continuou ao longo do oitocentos.

Os aldeamentos foram promovidos na colônia pelo colonizador. Ao contrário do que os conteúdos disponibilizados no ensino regular brasileiro podem nos levar a crer, de que as aldeias são matéria exclusivamente indígena, ou seja, a população indígena espontaneamente teria se fixado e se organizado em um povoado, sedentário e em um dispositivo arquitetônico com cabanas para serem moradias, construções importantes e coletivas. Precisamos recordar que os aldeamentos foram promovidos pelo colonizador, a partir das missões religiosas de ordens católicas, como determinação da política de Contra Reforma, com a finalidade de manter o controle, dominação e a doutrinação daquele povo.

Era um modelo de organização muito conveniente ao colonizador, na Amazônia. Inclusive, o local onde se formaria a aldeia era de responsabilidade exclusiva do colonizador. Era decidido com base no acesso, posição estratégica para defesa, tipo de solo agricultável e não levava em consideração a necessidade indígena original.

A tutela dos indígenas parecia em alguns contextos como um cuidado que se dá a um animal, mais ou menos domesticável, que poderia ser moldado com base nos preceitos cristãos. Acreditava-se que o indígena tinha alma, diferentemente dos negros, que durante muitos anos foram considerados como verdadeiros animais, aptos apenas ao trabalho forçado. Conforme afirma o Bezerra Neto (1999, p. 5), o processo de cruzamento racial na sociedade brasileira, “constituía-se em objeto de estudos e investigações científicas por parte dos ‘homens de ciência’, particularmente após o término da escravidão, mediante a apropriação das teses propaladas pelo racismo científico”.

Durante os oitocentos, o Estado brasileiro implementou medidas para promover a integração dos indígenas à cultura e ao modo de vida dos brancos europeus. Tais políticas visavam transformar os primeiros em “cidadãos brasileiros”, forçando-os a adotar os costumes, a língua e a religião do português. Para Bezerra Neto (1999, p. 6), Veríssimo, em 1883, ao criar e publicar onze números da Revista Amazônica, procurando reunir estudos e textos literários de intelectuais locais ou não que, dessa forma, pudessem dar uma contribuição para o avanço literário na região.

Em outro cenário, Veríssimo enfatizava a mestiçagem como uma característica intrínseca à formação da identidade brasileira, devido a existência de povos tradicionais e outros oriundos de outras nacionalidades, sendo que esse cruzamento não se deu em uma única equação, e sim, em uma verdadeira análise combinatória:

Primeiramente o Branco cruzou-se com o índio, depois o negro com este, com aquele, e com os diversos resultados d'estes sucessivos cruzamentos, d'onde resultou a grande mistura de sangues que produziu o curiboca (branco e índio), o mameluco (curibóca e branco), o mulato (branco e preto), e o cafuz cafuzo ou carafuzo (preto e índio) e ainda outros do entrelaçamento d'estes. (VERÍSSIMO, 297)

De acordo com Bezerra Neto (1999, p. 7), nas raças cruzadas identificadas na Amazônia por Veríssimo,

(...) há forte presença do elemento indígena associado ao branco colonizador, em detrimento da pouca significância da raça negra: "Esta região, com efeito, foi das menos povoadas por negros, e hoje é raríssimo encontrar africanos nas duas províncias [Pará e Amazonas], principalmente fora das capitais [Belém e Manaus].

Essas diferentes visões sobre povos, raças e etnias, de origem africana e indígena, voltadas para os estudos de Veríssimo e Romero, contribuem para um entendimento mais completo e que abrange nuances dos elementos envolvidos na abordagem.

Entrando no debate sobre a formação da nacionalidade brasileira, é importante destacar a questão da mestiçagem, que se torna um problema entre os conceitos de degeneração e a redenção, em uma sociedade brasileira configurada como multirracial.

Havia aqueles, a exemplo de Nina Rodrigues, que consideravam uma “degeneração” devido a presença de grupos racialmente “inferiores” como negros e indígenas; assim como aqueles, na figura de Sílvio Romero, que viam nela a “redenção” em razão dos sucessivos cruzamentos raciais entre brancos, negros e indígenas que conduziriam ao branqueamento da população. Veríssimo enfrentava essa problemática associando-se àqueles que reputavam a mestiçagem como “redenção”. (Moraes, 2023, p. 10).

4. Seleção natural: indígenas e negros

Um importante escritor que contribuiu para aquecer os debates em torno da miscigenação brasileira do final do século XIX foi Nina Rodrigues. O médico de formação não se furtava às polêmicas com colegas das áreas em que atuou. Nasceu em Vargem Grande, Maranhão, tornando-se médico e um dos pioneiros da antropologia lombrosiana no Brasil.

Rodrigues foi fortemente influenciado pelo Darwinismo Social, também conhecido como Darwinismo não-darwiniano. Embora contrário à interpretação de sua teoria às sociedades humanas, Darwin admite sua dívida com o economista Thomas Robert Malthus. Este costurou a teoria de que o aumento da população chegaria a um estado em que, no futuro, as possibilidades de aumento de áreas cultiváveis estariam esgotadas. Com isso, iria crescer o número de casos de epidemias, conflitos por alimento, desnutrição, pragas e etc. (FREITAS, 1998)

Em decorrência dessa ideia, o alegado estrangulamento das espécies que promovem a seleção natural e, por conseguinte, a evolução, se agregou aos seres humanos, ao menos hipoteticamente, sendo possível a aplicação da lógica seletiva também à civilização humana. Diante de recursos finitos, os indivíduos deveriam competir para sobreviver, em busca de alimentos, em algum estágio da história da sociedade em hipótese futura que poderia ser concebida retroativamente, em algum cenário evolutivo.

Ao seguir esse raciocínio, verifica-se que os indígenas seriam incapazes de prospectar a escassez de comida, pois supostamente carregavam uma memória cultural de que os recursos são sempre abundantes e disponíveis. Pescar, caçar, colher hortaliças e frutas é uma rotina natural, não tendo a necessidade de se sujeitar a qualquer ambiente para ter comida disponível.

Além disso, a estocagem também faria pouco sentido, pois não considerariam que os alimentos poderiam não estar disponíveis nos dias seguintes. Essa forma de pensar e proceder são elementos culturais, uma herança de identidade com seus ancestrais e que não fariam sentido com a prática do sedentarismo. Suas habilidades físicas e intelectuais lhes proporcionariam interação com a terra e com a selva, pois ali perfaziam o seu caminho com conhecimentos, habilidades e atitudes, experimentadas e testadas por autoridades tribais que o acompanhariam, não só com teorias, mas com exemplos também.

Os horrores a que foram submetidos os escravizados negros, uma realidade no qual eram sujeitados ao suplício corporal nos pelourinhos e nas senzalas, como medida dissuasiva da sua preguiça, do ócio e da fuga. Esse cenário colocou-os em uma posição de grande diligência e sagacidade pela sobrevivência, sendo que as fugas foram depois organizadas e tinham destino a formação de quilombos.

A rotina da violência protagonizada contra pessoas negras tinha por objetivo um rendimento com vistas a alcançar maior produtividade, em especial nas plantações de cana e café, enquanto o trabalho indígena era, devido à intervenção dos religiosos – e, naturalmente, às constantes fugas decorrentes do conhecimento detalhado das matas, trilhas e territórios – restrito aos capturados. Outras violências também eram ser praticadas contra negros e indígenas, sem necessariamente estar relacionadas com a produtividade ou catequização: violência sexual, patrimonial, psicológica ou simplesmente a violência gratuita praticada por aqueles que se intitulavam detentores de direito sobre o corpo de outro ser humano.

Isso sugere outra reflexão, quais são as aptidões desejáveis por um mercado de trabalho discriminatório que abarcaria a mão-de-obra negra ou indígena? Quais habilidades seriam requisitadas? Tendo em vista, inclusive, casos registrados de negros e indígenas educados nos modelos europeus com sucesso, estariam aptos apenas atividades braçais ou intelectuais? Deve-

se fazer tais indagações para se aferir a visão daqueles que controlavam e/ou formulavam as possibilidades de inserção destes povos em possibilidades empregatícias.

Para avaliar comparativamente o negro e o indígena e sua aptidão para o mercado de trabalho, usando tão somente o elemento raça e experiências espaciais e históricas diferentes, constituiria induções inconciliáveis, pois seria necessário um plano onde se tivesse, de maneira igualitária, tanto negros, como indígenas, para servir de um universo amostral.

Em um universo homogêneo, pode-se produzir uma verdade dogmática, que ao dialogar com outra realidade, não se sustentaria cientificamente. Emerge-se, sim, a possibilidade de as duas realidades serem possíveis e verdadeiras, mas sem um viés científico e muito menos axiomático. A experiência de inclusão do negro no mercado de trabalho no Maranhão e a do indígena nos estados do Pará e Amazonas, no início do século XX, não sedimentam premissas úteis para graduar posições hierárquicas do negro ou do indígena em relação ao branco.

O fato de o indígena se aproximar em sua pigmentação ao branco, não sugere que ele seja melhor que o negro e, não se pode fazer vigorar de novo a ideia retrograda do branqueamento do indígena, visando a extinção da raça, principalmente considerando o culturalismo como um valor atual, protegido com o status de direito fundamental. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, prevê no Artigo 1º: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Nesse contexto de universalidade, não se pode mais fazer uma hierarquia das raças, pois todos os seres humanos, “São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

5. A visão racial no Brasil do século XIX

É de suma importância compreender a visão que os intelectuais do século XIX consideravam das concepções de indígenas, pois isso permite analisar as ideias e conceitos que criaram a relação entre a sociedade brasileira e os povos indígenas. Ao entender as visões e representações criadas nessa época é possível entender os discursos em relação aos indígenas, tanto dentro da sociedade quanto em políticas sociais.

Veríssimo (1889) afirma “O Brasil vai pela mesma estrada, e aqui, como em todo o continente, os povos e as raças mesclam-se, fazendo desaparecer completamente o *typus puros*”. Durante o século XIX, os intelectuais brasileiros tinham uma visão romantizada e estereotipada dos indígenas, como seres exóticos e estáticos, sem história e sem vida própria. Assim foi criada a imagem de um indígena gentil, amoroso, que merecia atenção como se

criança fosse, uma representação divulgada em obras literárias, pinturas e relatos de viagens, isso refletia uma pureza quase que ingênua.

Essa visão passiva dos indígenas, como seres inertes reflete a necessidade de ver a fundo o caso indígena para além da visão colonizadora para evitar distorções acerca do que ocorria nos aldeamentos. A literatura do século XIX, refletindo uma visão única a partir do europeu, ainda assim não era unânime, trazia dúvidas a respeito de retirar o índio da vida insolente e inseri-lo completamente na civilização.

Analisando o posicionamento de outros autores, Lilia Moritz Schwarcz, em seu clássico *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*, examina o pensamento cientificista, destacando a construção do discurso sobre raça e a forma como indígenas, negros, entre outros, foram categorizados dentro desse contexto. A teoria darwinista se espalhava em todo o lugar onde houvesse a espécie humana, se ramificava e hierarquizava os seres, sugerindo a catalogação, a categorização e a organização das espécies dentro de uma pirâmide evolutiva imaginária.

Era possível compreender melhor a distribuição dos brasileiros em brancos, pardos e pretos, geralmente adotada nas nossas estatísticas médicas à época de Nina Rodrigues (2006), que afirma:

“Incluir, com efeito, num mesmo grupo de pardos ou mestiços não só os mulatos, mestiços do branco com o negro, como os mamelucos, mestiços do branco com o índio e os mulatos que voltam ao negro, não é somente fazer uma classificação de todo ponto artificial e arbitrária, é negar previamente, como fator etiológico, todo valor a semelhante discriminação de raças” (NINA, 2006, p. 129).

Analisando Veríssimo, compreendemos que, ao contrário de Nina Rodrigues, ao autor paraense não acreditava na predominância da raça branca como elemento resultante imprescindível para o sucesso do processo de civilização brasileira do século XIX e começo do XX. Veríssimo abordava a civilização de forma mais flexível albergando outros atores nesse processo, o negro, o indígena e todas as variações resultantes desses cruzamentos como o cafuzo e mameluco, são alguns exemplos,

As obras analisadas de José Veríssimo estão marcadas por um modelo que sugere uma civilização plural na qual todos os grupos étnicos envolvidos teriam sua contribuição enquanto atores, mais ou menos importantes, desse processo, valorizando a contribuição cultural de cada povo envolvido nesse emaranhado racial. A miscigenação como movimento irresistível em razão, em primeiro lugar, pela impossibilidade de anulação total dos grupos não brancos e em segundo lugar, através da valorização dos grupos não brancos.

De fato, apesar dessa relativa flexibilidade adotada por Veríssimo em seus discursos, de maneira alguma devemos entendê-lo como um intelectual à frente de seu tempo e portanto, livre de discursos preconceituosos, racistas e discriminatórias. A flexibilidade relativa encontrada em Veríssimo nos mostra a confiança de que, a sociedade brasileira seria construída com seres humanos resultantes de misturas nas quais todos as raças deixariam contribuições importantes, ao final. Bastando que, para isso, ocorressem políticas integradoras, plurais, progressistas de promoção da educação como forma de melhoramento dos povos não brancos, que resultariam na construção no verdadeiro povo brasileiro.

Nina Rodrigues adotou uma postura de hierarquização de raças na qual o topo era ocupado pela raça branca e os não brancos eram inferiorizados tanto quanto fossem se distanciando do europeu. As gradações de cor resultantes da miscigenação eram inferiores na medida em que se aproximavam dos africanos. Nesse sentido, e no mínimo equivocado, para não dizer desprovido do menor indício científico que o desse sentido, os mestiços estariam menos inferiores que os negros ao longo de suas gradações em direção do distanciamento do negro e aproximação do branco.

Acreditava que os povos negros eram biologicamente inferiores, ou seja: o que lhes faltava em civilização era inato e, portanto, de difícil modificação. Nesse discurso, a predominância negra da população em um território determinava seu fracasso. Logo, não se mostrava muito otimista com relação ao continente africano e demasiadamente otimista com relação a Europa. Como se a cor da pele naturalmente pudesse determinar o futuro das pessoas.

Não queremos com isso anular as dificuldades que os afrodescendentes enfrentam no país atualmente. Esta é uma discussão muito recente, porém, conectada ao racismo científico do século XIX, sim. O nosso objetivo é deixar claro que a cor da pele não torna o indivíduo inferior a outro, como acreditava Rodrigues, biologicamente falando. Mas o racismo que atormenta os afrodescendentes na atualidade é fruto da replicação dessa pseudociência que fez muitos acreditarem nisso e as consequências refletem aos dias de hoje de forma primitiva e irracional, fazendo com que negros tenham menos oportunidades de progresso dentro dessa sociedade racista.

Entre meados do século XIX e começo do XX, com a esperança de que ao final desse processo a superioridade branca seria confirmada através do desaparecimento dos povos não brancos que acabariam sendo dissolvidos ao longo das gerações, o determinismo racial evidente em Nina Rodrigues, serviu como base para a construção de políticas públicas desenvolvidas em

razão de proporcionar o embranquecimento da população, de forma que, a predominância de indivíduos brancos no Brasil, pudesse replicar práticas comportamentais da Europa em solo brasileiro e desenvolver a região. A população branca com suas características inatas superiores se encarregaria de promover o desenvolvimento social do Brasil, mesmo que desacompanhada de políticas públicas concretas e de investimento estatal nesse sentido.

Sílvio Romero, com sua *História da Literatura Brasileira* (1943), expressa um conceito que dará norte para sua obra inteira e fundamenta o seu principal pensamento, onde afirma:

A história do Brasil, como deve ser hoje compreendida, não é, conforme se julgava antigamente e era repetida pelos entusiastas lusos, a história exclusiva dos portugueses na América. Não é também, como quis de passagem supor o romanticismo, a história dos tupis, ou, segundo o sonho de alguns representantes do africanismo entre nós, a dos negros em o Novo Mundo. É antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária, em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial tem sido: o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. (Romero, 1943, p.37).

De acordo com o trecho, podemos notar que a questão racial, abordando de forma mais específica a mestiçagem, é muito importante na sua obra. Romero se interessa de forma mais intensa pelo resultado das misturas das matrizes culturais da nossa cultura, no caso, o brasileiro.

Segundo Souza (2004, p. 21), “Romero mantém, por outro lado, a ideia de desigualdade racial herdada de suas leituras de Gobineau, mas integra-a em uma perspectiva que permite assegurar certa dose de otimismo”. É na inferioridade das raças por serem mestiças, que a mestiçagem que conduzirá a um caminho onde o futuro será o homem branco. Para Romero, esse processo não se configura apenas como um processo racial, mas também um processo cultural, contribuindo para a construção de uma identidade especificamente brasileira.

Conclusão

Ao analisar o comportamento social brasileiro, que unia diferentes pontos de vista teóricos para decifrar o enigma de nossa formação social, cultural e econômica em meados do século XIX e início do século XX, com suas intensas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, podemos perceber os esforços para caminhar em direção a formação de uma identidade nacional que fosse capaz de configurar um modelo sólido de civilização, que demonstrasse evolução e progresso da nação.

No contexto de modelo de civilização que contempla a miscigenação do país e abarca as raças presentes em nossa formação como os negros, indígenas, mestiços e descendentes

européus, dois autores irão ganhar espaço para trabalhar a temática, pois ambos trazem a discussão pros seus escritos.

José Veríssimo e Sílvio Romero estarão em alguns momentos em posições antagônicas, onde Veríssimo defende uma abordagem que irá valorizar a miscigenação como um processo inevitável e benéfico para a formação da identidade brasileira, mantendo assim um traço mais otimista para com o futuro do nosso país, onde cita a inevitável miscigenação dos povos na formação do povo brasileiro.

Já Sílvio Romero acreditava na necessidade de uma análise científica das raças, com uma visão bem menos otimista sobre a miscigenação, considerando-a uma solução menos ideal para o progresso do Brasil. O debate da miscigenação passou pelas teorias de evolucionismo científico e social, teorias essas que vieram da Europa para o país.

O campo científico foi utilizado para construir o racismo na formação da nação, ao citarem a superioridade das raças caucasianas, como a ariana. É importante defender que não há superioridade de raças e uma não prevalece sobre a outra, como afirmavam alguns autores como Charles Darwin. A civilização cunhada no Brasil tem como característica ser plural e não foram os indivíduos brancos que promoveram o desenvolvimento social do Brasil, pelo contrário, nossa miscigenação é rica e única.

Referências

ALBUQUERQUE, W. **A vala comum da raça emancipada: abolição e racialização no Brasil, breve comentário.** *História Social*, 14 (19), 91–108. <https://doi.org/10.53000/hs.v14i19.317>. 2023.

AZEVEDO, Eliane. **Raça: conceito e preconceito.** Editora Ática. São Paulo. 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** 19-ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BEZERRA NETO, José Maia. (1999), “**José Veríssimo: pensamento social e etnografia da Amazônia (1877-1915)**”. *Dados*, v. 42, p. 539-564.

BEZERRA NETO, José Maia. **O homem que veio de Óbidos: pensamento social e etnografia em José Veríssimo (1877-1915).** *Anais do Arquivo Público do Estado do Pará*, Belém, v. 3, n. 2, p. 239-262, 1998.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DARWIN, C. **On the origin of species by means of natural selection, or The preservation of favoured races in the struggle for life**. 2. ed. New York: Hurst & Company, 1860.

FREITAS, Leandro. **A teoria evolutiva de Darwin e o contexto histórico**. Bioikos–Título não-corrente, v. 12, n. 1, 1998.

GILROY, P. **Race ends here**. *Ethnic and Racial Studies*, Oxfordshire: Taylor & Francis, v. 21, n. 5, p. 838-847, Sept. 1998. GLYCERIO, C. Neginho da Beija-Flor tem mais gene europeu. São Paulo: BBC Brasil, 2007. Notícia de 29 de maio de 2007. Disponível em: Acesso em: maio 2012.

GOBINEAU, Joseph Arthur. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas**. Barcelona: Editorial Apolo, 1937.

GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - FUS: Ed. 34, 2002.

GUIMARÃES, Marcio Renato. **O Termo Ariano e a Narrativa Indo-Europeia**. Línguas e letras. Volume 19. Número 43. 2018. e-ISSN: 1981-4755. DOI: 10.5935/1981-4755.20180015.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

HUXLEY, T. H. **Man's place in nature and other anthropological essays**. New York: D. Appleton and Company, 1896, p. 328

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

MAIO, Marcos Chor. (1995), “A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 226-237.

__. “Nina Rodrigues: um radical do pessimismo”. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 90-103.

MARTINS LOPES, Fátima. **Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII**. 2005.

MORAES, Felipe Tavares de. **José Veríssimo (1857-1916), intelectual amazônico: Geração 1870 e a educação no GrãoPará (1877-1891)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, SP.

MORAES, Felipe Tavares de. **Cultura e civilização na Amazônia: O léxico moderno no pensamento de José Veríssimo (1857-1916)**. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 16, n. 2, jul.-dez., 2023.

MORAES, Felipe Tavares. **José Veríssimo, um clássico brasileiro: a antologia escolar como canonização literária e formação de leitores**. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/SP, Brasil. Revista História da Educação (Online), 2019, v. 23: e87137 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/87137>.

PRISCO, Francisco. **Jose Verissimo: sua vida e suas obras**. Rio de Janeiro: Redeschi, 1937.

RODRIGUES, Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. São Paulo. Editora Nacional (Col. Brasileira). 1938.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Uma História de ‘Diferenças e Desigualdades’”. **As doutrinas raciais do século XIX**. In: **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 43-66.

SORDI, Caetano. **Evolução, evolucionismo e antropologia sociocultural: contribuições para um debate inconcluso**. Conjectura: Filos. Educ., Caxias do Sul, RS, v. 26, Dossiê, 2021.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Método, raça e identidade nacional em Sílvio Romero**. Revista de História Regional 9(1): 9-30, Verão 2004.

SUSSEKIND, Carlos de Mendonça. **Sílvio Romero**. Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação, 1963.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, Ignácio José. **José Veríssimo visto por dentro**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

VERÍSSIMO, José. **Scenas da vida amazonica – com um estudo sobre As Populações Indigenas e Mestiças da Amazonia**. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, Largo do Camões, 6, 1886.